

Caesb vai cobrar taxa de poços artesianos

28 OUT 1989

JORNAL DE BRASÍLIA

A captação de águas subterrâneas através de poços artesianos vai depender de licença do Governo e seu consumo será cobrado nas áreas onde há fornecimento de água encanada. A informação é do presidente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), Ulysses Assad, que pretende cadastrar todos os poços existentes no Distrito Federal e criar uma pequena estrutura na empresa para regulamentar em 180 dias o projeto do deputado Augusto Carvalho, aprovado ontem no Senado Federal.

Assad defendeu o projeto porque acha que o Governo se endivida para ampliar a rede de água potável "e as pessoas que têm mais posses precisam ajudar a pagar o investimento". Ele considerou "muito feliz" a iniciativa do deputado porque defende os mananciais de água, que são perecíveis e a má utilização pode comprometer o abastecimento em geral. Além disso, Assad defende a fiscalização rotineira neste setor para evitar que "muito poço feito por empresas picaretas tragam água ruim aos usuários".

Saúde

Augusto Carvalho diz ter apresentado o projeto não apenas por uma preservação ecológica, mas também por se tratar de uma questão de saúde pública. Ele se baseou em relatório da Associação Brasi-

leira de Água Subterrâneas (Abas) para mostrar que o posicionamento errado de um poço, em relação à abertura de fossas, pode comprometer todo o lençol subterrâneo e até nascentes de rios. Ele citou ainda o exemplo das chácaras próximas à via Estrutural, onde há muitos poços e pela característica geológica da região a quantidade de água é insuficiente, podendo secar no futuro.

O presidente da Caesb disse que apesar das queixas, a medida apenas regulamenta o parágrafo 1º do artigo 26 da Constituição, mas que vai ser adotado um procedimento especial para as áreas rurais onde não há água encanada. De acordo com o texto do projeto, o Governo vai fiscalizar a instalação de poços nestas áreas mas não poderá cobrar qualquer espécie de tributo.

Crítica

A proprietária da empresa Bombas Submersas Brasília (BSB), Maria Luzimar, considera "pouco inteligente" o projeto aprovado. Ela defende a liberação da exploração de águas subterrâneas porque "água não tem fronteira", e relata que chegou a procurar o senador Meira Filho para modificar o projeto de Augusto Carvalho, mas que nada foi feito e foi surpreendida com a notícia da aprovação no Senado Federal.